

## Usos e leituras da obra de um Barão: percepções sobre *Motins Políticos* nos séculos XIX e XX

### Uses and readings of the work of a Baron: perceptions about *Political Riots* in the XIX and XX centuries

Luciano Demetrius Barbosa Lima\*

#### RESUMO

Este artigo irá analisar o processo de recepção do livro *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, do historiador Domingos Antônio Raiol. Sua narrativa, voltada para a descrição dos conflitos político-sociais no Pará, entre as décadas de 1820 e 1830, se transformou pela sua grandiosidade e riqueza documental, na principal fonte de pesquisas sobre o passado amazônico no primeiro reinado e Regência, e também recebeu inúmeras críticas e considerações provenientes da intelectualidade contemporânea e posterior, que no decorrer dos séculos XIX e XX, observou os escritos desse autor através de análises, marcadas pelos valores políticos e ideológicos de cada época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil; recepção; intelectualidade; política, historiografia; *Motins Políticos*; Domingos Antônio Raiol (barão do Guajará).

#### ABSTRACT

This article will analyze the process of receipt of the book *Political Riots or history of the main political events in the Province of Pará from 1821 until 1835*, of the historian Domingos Antonio Raiol. His narrative, focused on describing the political and social conflicts in Pará, between the decades of 1820 and 1830, was transformed by its grandeur and wealth documentary in the main source studies over past the Amazon, during the first reign and the Regency, and also received numerous criticisms and considerations from the intelligentsia contemporary and contexts later that during the nineteenth and twentieth centuries observed the writings this author through approaches, marked by the values political and ideological of each era.

**KEYWORDS:** Brazil; reception; intellectuals; politics; historiography; *Political Riots*; Domingos Antônio Raiol (baron of Guajará).

Nas últimas décadas do segundo reinado, um político e intelectual paraense, chamado Domingos Antônio Raiol iniciou e dedicou parte de sua vida a uma vasta pesquisa em arquivos, bibliotecas e também na coleta de depoimentos, que seriam indispensáveis para a composição de uma obra substancial para o entendimento das lutas político-sociais no Grão-Pará durante a primeira metade do século XIX.

Domingos Antônio Raiol, possuidor do título nobiliárquico de Barão do Guajará, foi um dos mais proeminentes historiadores e intelectuais do Norte do Brasil de sua época. Filho de Pedro Antônio Raiol e D. Archangela Raiol, ele

---

\* Mestrando em História da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) / Brasil.

nasceu em Vigia, localizada na província do Grão-Pará, em 4 de março de 1830, estudou no Liceu Paraense e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1854, pela Faculdade de Direito de Recife. Após a década de 1860, tornou-se um dos principais líderes do Partido Liberal no Pará, sendo por indicação imperial presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883).

Elaborado metodologicamente através de uma vasta pesquisa documental, caracterizada pela busca da “verdade dos fatos” (RAIOL, 1970, Vol. III: 939), que o aproximava do historicismo/positivismo em voga naquele contexto. O livro, intitulado *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, com o passar do tempo ganhou “vida” própria, se constituindo em fonte de pesquisas ou críticas, provenientes de muitos membros da intelectualidade contemporânea ou posterior, pautadas pela inserção dos valores, anseios e prerrogativas de cada época e ocasionando a existência de opiniões e usos bastante diferenciados e inusitados sobre a obra em questão.

A partir destes pontos e baseados nas idéias de Marc Bloch, para quem “tudo quanto o homem diz ou escreve [...] pode e deve informar a seu respeito” (BLOCH, 1976: 61), este artigo pretende demonstrar o “papel” que o livro *Motins Políticos* teve em relação a historiografia regional e nacional. Ele preocupa-se com os usos e percepções de diversos intelectuais ao longo de mais de um século em relação a essa obra, fundamental para o conhecimento do passado amazônico durante o Primeiro Reinado e a Regência.

A publicação de *Motins Políticos* foi realizada em apenas duas edições. A primeira em cinco tomos, no decorrer dos anos de 1865 à 1890, cada um deles foi impresso respectivamente nas províncias do Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e Pará. Um século depois, ela foi reeditada em três volumes, em edição da Universidade Federal do Pará (UFPA), de 1970, através da Coleção Amazônia.

Desde a distribuição de seus primeiros volumes, *Motins Políticos* já propiciava inúmeras resenhas, que ainda durante o Império ganhavam um viés político-partidário, e eram predominantemente escritas em jornais de todo o Brasil, como se pode observar no tópico a seguir.

## **Bem ao gosto dos liberais: Motins Políticos no século XIX**

No início da década de 1860, um paraense recém-formado bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda chamado Domingos Antônio Raiol, envolvia-se em projetos que iriam ocupar grande parte de seu tempo, erudição e paciência nas décadas seguintes: a política imperial e a escrita de um estudo histórico denominado *Motins Políticos*.

O texto dessa obra causou repercussão imediata, tanto em razão da realização de uma pesquisa minuciosa na qual foram transcritos centenas de documentos, como também por simbolizar na era imperial uma narrativa claramente adequada aos anseios político-intelectuais ligados ao Partido Liberal, do qual Raiol se constituía em uma das principais lideranças regionais, chegando a expressar numa das falas do Parlamento que “sempre adorou os sacerdotes da religião política que abraçou desde os [...] primeiros anos, e que nunca deixará de venerar os apóstolos sinceros que sempre viu [...] no Partido Liberal.” (Sessão de 29 de maio de 1866 - Camara dos deputados - ANNAES do Parlamento Brasileiro, 1866: 236).

Como monarquista e integrante desse partido, Raiol era assumidamente defensor dos ideais reformistas e moderados difundidos pelo mesmo no Brasil, que no geral se resumiam em seu programa: “maior autonomia das províncias, eleições para os magistrados e redução das atribuições do poder moderador” (CARVALHO, 2007: 206) não realizando qualquer questionamento mais substancial às desigualdades sociais e à escravidão. Esse partido possuía como principais teóricos “Teófilo Ottoni, Paula Souza e Vergueiro” (Ibidem: 206).

Seu livro *Motins Políticos* possuía na sua narrativa muitos momentos de defesa do pensamento liberal, como por exemplo, em sua referência ao pensamento de Bernardo José da Gama, o visconde de Goiana, presidente do Grão-Pará no início da década de 1830, que natural “da província de Pernambuco, êle professara sempre os dogmas da escola liberal. A nacionalidade brasileira era a idéia que mais lisonjeava o seu espírito; defendeu-a até com fanatismo, [...] transpirando sempre de suas palavras o mais ardente amor pelos princípios liberais.” (RAIOL, 1970: V. I, 209).

O perfil do Visconde de Goiana escrito por Domingos Antônio Raiol, representa um indício interessante e revelador da admiração desse Bacharel no tocante ao pensamento liberal professado no Brasil. Para o autor de *Motins*

*Políticos*, era a presença dessas idéias que realçavam a liderança exercida por esse presidente provincial nas atribuições vivenciadas no Grão-Pará durante o final do Primeiro Reinado e início da Regência.

Por outro lado, no mesmo período no qual Raiol elaborava essa narrativa, diversos jornais, sediados nas mais importantes províncias brasileiras, que “aproximavam tanto políticos como intelectuais em potencial” (NEEDELL, 1993: 218), teceram considerações acerca do texto de *Motins Políticos*.

Preocupado com possíveis críticas negativas que a publicação desse livro poderia ocasionar entre seus adversários no Parlamento, Raiol fez questão de argumentar que a narrativa de *Motins Políticos* não tinha envolvimento com suas atividades político-partidárias, afirmando que era conveniente fazer “uma declaração para prevenir qualquer sentimento de prevenção, que porventura haja contra êste trabalho, supondo-se talvez que seja escrito sob a influência da parcialidade liberal a que pertencemos” (RAIOL, 1970: Vol. III, 971). Estas palavras faziam alusão às opções políticas desse autor. Nesse sentido, o principal argumento que Raiol utilizou para defender a suposta “imparcialidade político-ideológica” do livro em questão constituiu-se na afirmativa de que os eventos e partidos dos quais trata a narrativa de sua obra eram anteriores ao surgimento dos liberais e conservadores, como demonstram as palavras a seguir:

Mencionamos a época do aparecimento e organização dos partidos liberal e conservador, porque já houve quem dissesse que nós, dominados pelo fanatismo partidário da grei a que pertencíamos, tínhamos sacrificado a imparcialidade histórica, deprimindo os mais nobres caracteres pelo simples fato de não pertencerem à nossa comunhão política. (RAIOL, 1970: Vol. III, 971-972).

As palavras expressas por Raiol, no último tomo de *Motins Políticos*, demonstram não apenas as preocupações de um autor com a repercussão de seus escritos, elas evidenciam também que naquela época a suposta idoneidade da narrativa do Barão já passava por diversas contestações, em virtude de suas opções político-sociais. Por isso, embora Raiol não revelasse diretamente os nomes de seus críticos, as restrições a sua obra eram possivelmente realizadas por adversários políticos ou órgãos de imprensa simpatizantes do Partido Conservador, demonstrando que a produção e a publicação de *Motins Políticos* estavam longe de possuir a aceitação massiva da intelectualidade brasileira em pleno século XIX.

Esse quadro de desconfiança quanto à idoneidade ou partidarismo de suas percepções foi repetidamente combatido por Domingos Antônio Raiol, que na perspectiva de negar a interação de seu estudo com o jogo político-partidário de sua época, afirmava:

Pensam alguns, é certo, que não poderei guardar a necessária imparcialidade neste meu trabalho, por ser eu político, quando pelo contrário esta condição é indispensável em quem se dedica à árdua tarefa da história. Só o homem político é que dá justo apreço aos fatos que ocorrem na vida dos povos; só êle é que os pode examinar com interesse, e os julga em suas causas e efeitos. (RAIOL, 1970: Vol. II, 412).

Além de instigantes, por possibilitar descobrir que a existência de objeções ao texto de *Motins Políticos* era conhecida por Raiol, as palavras proferidas por esse autor contribuíram ao entendimento de como ele acreditava ser positiva sua interação com esses tipos de relatos, pois no seu pensamento, os políticos, possuidores de um suposto “conhecimento” e “imparcialidade”, eram os mais habilitados à escrita da história. Para reforçar essa idéia, Raiol expôs no tópico *Juízos Críticos*, presente no final de cada tomo de *Motins Políticos*, trechos presentes em colunas de jornais com pensamentos geralmente elogiosos sobre seu estudo, como fica perceptível nas palavras presentes no jornal *Coalição*, publicado na cidade de São Luís, na edição nº 30, de 9 de agosto de 1865:

O trabalho do sr. deputado Raiol é fruto de longas e conscienciosas pesquisas nos arquivos daquela província. Própria para tornar bem conhecida essa época de agitações constantes e muitas vezes sanguinolentas, que precederam e seguiram à emancipação do Pará até que ella foi firmada, a primeira parte dos – *Motins Políticos*, que é a que está por ora publicada, é escripta com pureza e elegancia, com verdade e a necessária imparcialidade, cousa difficil para quem escreve de contemporaneos ou quasi contemporaneos. (*Coalição*. Apud. RAIOL, 1866, Vol. II: 335).

As opiniões pertencentes nesse jornal, fundado em 1º de fevereiro de 1862, e defensor de uma coligação entre conservadores e liberais (ARAÚJO, 2005: 40) não ficaram marcadas apenas pelo elogio a “verdade histórica” em *Motins Políticos*. Elas também demonstravam apoio político-ideológico a Raiol, ressaltando a suposta “imparcialidade” presente na narrativa desse autor, denotando que o mesmo, já exercendo a função de deputado, não havia misturado seus pensamentos partidários com a escrita do livro em questão.

Para reforçar essa idéia, Raiol continuou expondo no tópico *Juízos Críticos* opiniões de jornalistas, políticos e outros intelectuais que ressaltavam o “caráter imparcial” de sua narrativa. Assim, de acordo com o *Jornal do Recife*, nº 4, de 5

de janeiro de 1866, “Domingos Antonio Raiol, deputado á Assembléia Geral “com a publicação de seu livro *Motins Políticos* [...] a par da evidente imparcialidade com que os factos ahi são expostos – coisa tão rara no escriptor contemporaneo” (Apud. RAIOL, 1866, Vol. II: 399). Para o *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro o “Dr. Raiol, prima pela lucidez e concisão do estylo, pela precisão e imparcialidade na descrição dos acontecimentos.” (Ibidem: 406). E de acordo com o jornal *A Patria*, do Rio de Janeiro, Raiol se constitui num “verdadeiro historiador, pela clareza de methodo com que liga e commenta os factos, e imparcialidade que põe na exposição delles.” (Ibidem: 407).

A presença de opiniões tão positivas direcionadas a *Motins Políticos*, que enfatizavam a suposta imparcialidade de seu autor não ocorria por acaso, pois alguns desses órgãos de imprensa compactuavam com ideais políticos semelhantes aos de Raiol, como por exemplo, o jornal *A Patria*, que de acordo com um discurso do deputado liberal Godoy Vasconcellos em 1864, foi “durante a dominação conservadora, um dos mais fortes lidadores da causa liberal no Rio de Janeiro [...] este pequeno jornal fez quanto pôde em favor das nossas idéas” (Sessão de 4 de junho de 1864 - Camara dos deputados - ANNAES do Parlamento Brasileiro, 1864: 236). O jornal *Correio Mercantil* também não fugia a essa lógica, pois embora tradicional “órgão do Partido Conservador, nos anos 1860” professava, segundo o deputado Cristiano Benedito Ottoni “não poucas concepções liberais.” (Sessão de 23 de agosto de 1867 - Camara dos deputados - ANNAES do Parlamento Brasileiro, 1867: 338).

Além dessas considerações, a valorização por parte de Raiol de pensamentos que destacassem o caráter “justo” ou “desapaixonado” de sua obra parecia indicar uma das preocupações centrais desse político-historiador, cuja ligação com o regime Imperial era notória.

Posteriormente, nas décadas de 1870 e 1880, momento de apogeu da carreira política de Raiol, a recepção dos volumes seguintes do livro *Motins Políticos*, em jornais identificados com a causa do Partido Liberal continuou em grande parte elogiosa, como se pode perceber nas observações realizadas pelo jornal paulista *A Gazeta Liberal*, em 2 e 3 de abril de 1884, curiosamente na mesma época em que o Barão assumiu a presidência da referida província, que ressaltava como mérito na narrativa deste autor, “de ter restaurado a verdade histórica por muitos obscurecida ou trucidada. [...] daquella época de tamanhas

commoções políticas, e que [...] o bando liberticida, que o conego Campos açulava [...]. O que não alcançaram pela revolta á mão armada, tentaram pela calúnia” (Apud. RAIOL, 1884, Vol. IV: 491-492). Nessa citação, além dos elogios ao estudo de Raiol, havia também outro ponto em comum, a proximidade política com o autor e a percepção negativa em relação às ações das “turbas”.

No âmbito regional, possivelmente em razão das ligações partidárias, admiração intelectual e amizades que Raiol possuía, a publicação de *Motins Políticos* teve boa aceitação entre as elites no Pará, pois o livro desse autor, além da contínua divulgação em vários periódicos de Belém, passava a ter alguns capítulos publicados ao longo dos jornais o *Liberal do Pará* em 1879 e na *Província do Pará* em 1886, quando também ocorreu à publicação parcial de alguns trechos que iriam compor posteriormente o 5º tomo dessa obra. Nesse sentido, partes da narrativa em questão eram apresentadas diariamente nas páginas desse jornal, na coluna *Sciencias, lettras e artes*, com o título de: *Traços da historia pátria*, de forma muito semelhante a diversos romances e poesias no século XIX, só que com objetivos distintos, pois além da divulgação da obra em questão, havia o interesse de apresentar fragmentos de um estudo que simbolizasse o passado da Amazônia com ênfase aos ideais patrióticos.

Tempos depois, em 1890, durante o início da República, o prestígio intelectual do velho monarquista Domingos Antônio Raiol ainda parecia estar elevado no Pará. Naquela época o jornal *Província do Pará* alertava que “o 5º volume de ‘Motins’, de que já havíamos, em tempo, inserido n’estas colunas extensos excerptos mui interessantes, acaba de entrar para publicação definitiva n’esta própria capital” (A PROVINCIA DO PARÁ, 1890: 1). Ainda no mesmo ano, este jornal ressaltava que Raiol era, um “bom espirito de patriota só póde avigorar-se pela contemplação das heroicidades da alma patria e esta, só ha estudal-a no seu logar proprio, na alcandorada posição impessoal e austera em que colocou-a a historia” (Ibidem: p. 1).

O referido jornal também enfatizava a “utilidade publica” (Ibidem: 1) da obra *Motins Políticos*, tentando demonstrar às autoridades estaduais da época, o valor deste trabalho para “os progressos da instrucção publica” (Ibidem: 1) descrevendo em suas páginas até a lei estadual, elaborada anos antes, que obrigava o governo do Pará a comprar os tomos desse livro, que fossem sendo

respectivamente publicados, como pode-se observar a seguir:

Fica o presidente da provincia auctorizado a comprar pelo thesouro provincial 1.000 exemplares de cada um dos volumes que já forem publicados e dos que se publicarem da Historia do Pará, pelo sr. Domingos Antônio Rayol sob o titulo de “Motins Politicos do Pará”, para serem distribuidos pelas escholas e estabelecimentos de instrucção publicas. (Ibidem: 1).

Além de evidenciarem os elogios publicados no jornal a *Provincia do Pará* demonstrando a aceitação dos escritos do Barão do Guajará entre as elites políticas e intelectuais locais, estas palavras ganham relevância por demonstrar que as sucessivas publicações desta obra atendiam aos anseios governamentais no Pará, durante o início da era republicana, que através de uma lei provincial, autorizava o investimento de recursos públicos para a aquisição da mesma.

Embora aparentemente contraditória, a aceitação da narrativa de um Barão monarquista e integrante do Partido Liberal em 1890, contexto histórico marcado pelo fim do Império, não ocorria por acaso, pois a “manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social” (CARVALHO, 1990: 11). E o novo regime, também necessitado legitimar-se no âmbito regional, passava a incentivar ao longo dos anos seguintes novos estudos sobre o processo de lutas sociais e políticas no Pará, observados a partir daquele momento a partir de enfoques valorizadores do pensamento republicano.

### **Sob a égide republicana: Motins Políticos na primeira metade do século XX**

No início do século passado, mais especificamente a partir da década de 1920, momento em que foram realizadas, através do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)<sup>1</sup> “comemorações do centenário da chamada ‘adesão do Pará à Independência’ em 1923” (RICCI, 2001: 6), os escritos do Barão do Guajará, transformaram-se em fonte requisitada para qualquer

---

<sup>1</sup> Criado em 3 de maio de 1900, o IHGPA funcionou por apenas algumas sessões, tendo suas atividades paralisadas por mais de uma década. Em 1912, essa instituição retomou seus trabalhos, tendo como evento de reabertura uma sessão comemorativa da Revolução Republicana de 1817, realizada segundo J. Eustachio de Azevedo “em homenagem aos heróis pernambucanos” (p.95). No início do século XX, as atividades do Instituto, ao privilegiarem em diversas situações o ideário e os heróis republicanos no passado regional e brasileiro, fizeram dessa entidade, também nas palavras desse autor uma associação de “utilidade publica pelo governo da 1ª republica” (p. 96). Para maiores informações ver: Eustachio de J. Azevedo (1990), Aldrin Moura de Figueiredo (2008) e Magda Ricci (2001).



pesquisador que desejasse analisar a história desse e de outros eventos ocorridos na região amazônica durante o século XIX.

A obra *Motins Políticos*, que havia sido alvo de polêmicas no século XIX, começava a sofrer na era republicana, outras formas de objeções, pois aos poucos, variados autores buscando cada vez mais se desvencilhar de enfoques favoráveis ao Império, ou analisar as ações dos cabanos de forma diferenciada, aplicaram novas percepções político-sociais em seus estudos, acabando por influenciar nas considerações sobre essa narrativa. Assim, Palma Muniz, um dos primeiros estudiosos no século XX a fazer uso sistemático da obra *Motins Políticos*, realizou diversas observações frente ao livro do Barão naquele contexto, particularmente após a elaboração de *Adesão do Grão-Pará à independência* (MUNIZ, 1973), e de vários estudos que abordaram a história paraense na primeira metade do século XIX.

Publicada inicialmente na revista do IHGPA em 1922, esta obra inseriu-se no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil e da Adesão do Pará. Nela, o autor destinou grande parte das páginas à descrição dos eventos políticos e lideranças que haviam participado destes acontecimentos, com o objetivo centrado em “descrever e acomodar a ação dos personagens envolvidos nas tramas da Independência” (FIGUEIREDO, 2008: 7), onde a “nação seria representada por lutas pela adesão à Corte do Rio de Janeiro e ao Império do Brasil” (Ibidem: 7). Envolvido nessas perspectivas, Palma Muniz analisou os escritos do Barão do Guajará, particularmente *Motins Políticos*, obra utilizada como fonte. Assim, em diversos momentos, aquele autor teceu opiniões acerca deste livro, como pode-se observar nas palavras a seguir:

Raiol, que descreveu, já depois de amortecidos por quase nove lustros os arroubos apaixonados dos implicados na sedição, não procurou entrar na indagação das causas anteriores ao movimento, preferindo ser sumamente sóbrio na descrição dos antecedentes da revolução de 1821. (MUNIZ, 1973: 23).

Palma Muniz, embora portador de interesses diferenciados se comparado aos intelectuais e jornalistas do século XIX, também concentrou suas críticas aos eventos e personagens apresentados no texto de *Motins Políticos*, afirmando que Raiol havia sido superficial em alguns momentos de sua narrativa, pois “poderia ter aprofundado mais o estudo dos fatos” (Ibidem: 38). Essa opinião representava uma mudança importante, pois deixava transparecer que a partir do século XX, os olhares sobre os escritos do Barão apresentavam-se distintos

daqueles atribuídos nas décadas anteriores, elevando-se cada vez mais a importância da investigação de eventos como a Cabanagem e da composição social de seus participantes. Além desse aspecto, a obra de Palma Muniz buscava apresentar novas percepções em relação aos movimentos populares ocorridos na Amazônia na primeira metade do século XIX. Sua narrativa divergia do posicionamento apresentado no livro de Raiol, particularmente no tocante aos grupos revoltosos que não eram “mais apresentados como simples bandoleiros ou salteadores, sedentos de sangue” (SILVEIRA, 1994: 41), mas como populações que lutavam por uma causa.

Aproximadamente uma década depois, um estudioso chamado Jorge Hurley, que disputava com Palma Muniz “uma melhor interpretação do processo de Independência no Pará” (RICCI, 2001: 27), publicou um livro intitulado *A Cabanagem* (HURLEY, 1936), também sob influência das comemorações do centenário das lutas político-sociais no Pará, realizava seu estudo amplamente ancorado na narrativa de *Motins Políticos*.

Seu objetivo principal, como notou a historiadora Magda Ricci, consistia em analisar a cabanagem “como uma luta eminentemente étnica” (RICCI, 1993: 6). Assim, embora enfatizasse os conflitos envolvendo índios e brancos, Hurley deixava transparecer uma “nova tendência com relação à representação que se tinha do cabano” (CABRAL, 1995: 13), ao propor que a análise desses acontecimentos deveria envolver os rebeldes em sua diversidade étnica e social.

Jorge Hurley, embora tivesse como uma de suas principais fontes a obra *Motins Políticos*, almejava diferenciar-se da narrativa de Raiol em sua perspectiva de expor diretamente a participação das camadas populares no movimento de rebelião ocorrido no Pará, pois como expressou:

Ofereço, dedico e consagro este meu labor histórico – A CABANAGEM, inspirado, em grande parte, na tradição conservada nos “Motins Políticos” do illustre Barão do Guajará [...] á esperançosa e brava mocidade paraense para que, de futuro, ninguém mais ouse dizer que os cabanos do Pará lutaram sem ideal político e sem razões históricas, como aglomerados de salteadores, assassinos e ladrões. (HURLEY, 1936: 3).

As palavras proferidas por Hurley nesta citação são contraditórias por conterem de início um tom diretamente elogioso a obra *Motins Políticos* e, logo em seguida, de crítica indireta ao pensamento de Raiol, que no decorrer da sua narrativa não aceitava a participação popular nos movimentos político-sociais do Grão-Pará, atribuindo uma idéia negativa dessas ações e considerando que as

camadas populares não agiam movidas por ideais, mas através de “intollerancia e ódios.” (RAIOL, 1865: V. I, 251).

Além disso, elas mostram a perspectiva que iria predominar em parte dos estudos sobre este tema da década de 1920 em diante, cujas pesquisas iriam mesclar majoritariamente o uso de *Motins Políticos* como fonte. Nesse sentido, tanto na narrativa de Jorge Hurley, como na de Palma Muniz, às influências propiciadas pela narrativa de Raiol eram profundas, pois ambos admiravam claramente a riqueza de informações e documentos presentes na obra de Raiol.

Ao almejar uma nova conotação em relação aos estudos sobre os movimentos sócio-políticos ocorridos no Pará, Hurley percorreu dois caminhos paralelos: proporcionar um caráter mais popular às lutas dos cabanos e, finalmente, “romper” com o enfoque desenvolvido pelo Barão de Guajará, que em sua escrita não destinou, de acordo com esse autor, a atenção devida ao “povo”. Mesmo com esses objetivos, o presente historiador manteve aproximações com o texto de *Motins Políticos*, pois, entre outros aspectos, esse autor tinha “em comum com Raiol [...] o fato de não conseguir ver nos cabanos os condutores do movimento, mas como pessoas levadas pela indisciplina” (CABRAL, 1995: 14).

Ademais, Jorge Hurley se caracterizava como um forte defensor do regime republicano, que havia sido instituído desde o final do século XIX, destinando pouquíssima atenção aos ideais político-sociais monarquistas professados pelo Barão do Guajará, ou sobre outros pensamentos que influenciaram a composição dessa narrativa.

Por outro lado, ainda na década de 1930, o historiador Basílio de Magalhães (1874-1957), em uma conferência publicada na revista do IHGB, realizou uma investigação sobre os eventos da *Cabanagem*, analisando também a origem deste “conceito”. Nesse sentido, esse autor ressaltou alguns dos principais trabalhos encarregados de analisar este movimento ocorrido no Pará, expressando em relação à obra *Motins Políticos*, que:

[...] Quem lançou luz decisiva sobre os deploráveis acontecimentos desenrolados em nossa província do extremo-norte durante o interregno da Regência, foi Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), com sua documentada e admirável obra em cinco volumes, publicados de 1865 a 1890, à qual deu o título do ‘Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, desde 1821 até 1835’. [...]. (MAGALHÃES, 1939: 300).

Apesar de algumas opiniões em comum com autores de sua época que

estudaram a *Cabanagem*, como por exemplo, os elogios à riqueza documental e à importância dos eventos descritos na obra *Motins Políticos*, Basílio de Magalhães não possuía o mesmo entusiasmo positivo apresentado por Jorge Hurley ao citar os movimentos ocorridos no Pará. Para ele, os eventos político-sociais deflagrados nesta província simbolizavam muito mais a ocorrência de “horripilantes truculências” (Ibidem: 290) comandadas pelas famílias “Vinagres, oriundos da cruz de sangue português com sangue paraense” (Ibidem) e a dos “Nogueiras, migrados do Ceará” (Ibidem). Ainda segundo este autor, o movimento cabano podia ser comparado a uma “violenta explosão, que ia por longo tempo sacudir, qual um cataclismo, toda a vasta região amazônica” (Ibidem: 291).

A partir destas palavras, pode-se perceber que Basílio de Magalhães, era pouco simpático à *Cabanagem*, ele, ao contrário do contemporâneo Jorge Hurley, não percebia as rebeliões regenciais no Pará enquanto possuidoras de toda uma áurea de “heroísmo”, mas a partir de uma lógica negativa e violenta, que fazia lembrar o próprio pensamento de Raiol no século anterior.

Aproximadamente uma década após a publicação desse texto de Basílio de Magalhães, Nelson Werneck Sodré, através da ideologia marxista, elaborou uma obra cujo objetivo era prestar auxílio bibliográfico à realização de pesquisas, com o título nada modesto: *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, que já possui diversas edições. Nesse estudo, mais especificamente no capítulo chamado *Crise da regência*, após um breve texto sobre alguns acontecimentos desse período, Sodré fez referência à bibliografia necessária para o entendimento daquele contexto, tecendo o seguinte comentário sobre a obra do Barão:

Os *Motins Políticos* de Raiol, com todas as suas deficiências, a sua prolixidade, a confusão com que apresenta as informações, continuam a ser uma fonte indispensável para o conhecimento do meio em que surgiria a Cabanagem, um dos movimentos mais profundos, mais sérios e mais característicos da fase da Regência. A obra, aliás, serve muito mais à compreensão do meio amazônico e de seus problemas, no período compreendido entre a Independência e a Regência do que ao conhecimento da rebelião ali desenvolvida. Embora apegada aos fatos, narrativa, episódica e cronológica, como era norma no tempo, ela ajuda a situar as personalidades e os fatos. [...] (SODRÉ, 1988: 151)

As percepções de Sodré, além de refletirem algumas das críticas mais comuns que a obra *Motins Políticos* iria sofrer por parte dos historiadores

marxistas nos anos subseqüentes, que não percebiam a narrativa e concepções de Raiol como fruto de todo um contexto histórico, social e político, também apresentam contradições a serem observadas. Uma delas centra-se no aspecto do texto do Barão ter sido indicado por Sodré como leitura indispensável para o conhecimento das lutas político-sociais durante a fase da Regência, o que não combina com a afirmação segundo a qual o texto do Barão “serve muito mais para a compreensão do meio amazônico e seus problemas”. Outra contradição perceptível está presente nos momentos em que este autor critica a obra em questão, pela mesma ser “apegada aos fatos” e logo em seguida, expressa que o livro em questão “ajuda a situar as personalidades e os fatos”. Outro ponto a ser destacada nas críticas realizadas por Sodré a essa narrativa, consiste na suposta “prolixidade” da mesma. Essa objeção pode ter sido direcionada teoricamente a dois pontos característicos de *Motins Políticos*: à extensão da obra em vários volumes ou ao estilo narrativo de Raiol, possivelmente considerado por Sodré como “enfadonho” ou cheio de explicações “supérfluas”.

As críticas realizadas por Nelson Werneck Sodré, em relação à obra *Motins Políticos*, não foram acompanhadas em seu rigor por autores contemporâneos ou mesmo posteriores a ele, já que muitos, mesmo não concordando com boa parte das idéias presentes no livro do Barão, quase sempre acreditavam que, por detrás de algumas dessas “explicações superfluas,” encontravam-se detalhes importantes a serem analisados.

Nos anos subseqüentes, mesmo não ocorrendo reflexões tão “duras” como às de Nelson Werneck Sodré, as críticas sobre o livro de Raiol se tornariam uma constante nos escritos de estudiosos diversos, que realizando uso da narrativa do Barão, muitas vezes na forma de fonte principal, não procuravam perceber o pensamento do historiador paraense como fruto de seu tempo. Assim, entre finais dos anos 1940 e início dos 1950, um estudioso da história regional chamado Ernesto Cruz publicou alguns ensaios destinados à análise dos conflitos ocorridos durante as décadas de 1820 a 1840 na Amazônia, cujo título era *História do Pará* (CRUZ, 1969), nos quais dedicou um capítulo aos eventos da Cabanagem.

Este, ao privilegiar a descrição daquele movimento de rebelião deflagrado no Pará, através de suas “causas” e “heróis”, organizou uma espécie de “quadro analítico”, através do qual tentava explicar os acontecimentos e personagens

através da comparação entre as percepções dos diversos autores que haviam publicado obras sobre o tema em épocas anteriores. Nestas condições, a análise de Ernesto Cruz, ao buscar entender os fatos históricos, privilegiava de maneira constante os escritos de Raiol, que em razão do caráter precursor, era quase sempre focado como portador de um discurso mais “confiável”, quando relacionado as narrativas elaboradas por historiadores de épocas posteriores, como, por exemplo, no que se refere aos acontecimentos da fuga de José Malcher:

O Barão do Guajará, baseado nos documentos por êle criteriosamente compulsados nos arquivos provinciais, recompõe com exatidão o episódio da fuga de Malcher na noite de 19 de fevereiro de 1835, [...] Atribui a origem da Cabanagem aos fatos subversivos cometidos nos anos anteriores [...]. (Ibidem: 316)

O estudo de Ernesto Cruz preocupava-se entre outros aspectos, em tentar elucidar os eventos político-sociais que haviam deflagrado a Cabanagem. Utilizando-se, em muitas situações, dos escritos de *Motins Políticos* com o objetivo de “solucionar” essas dúvidas. Porém ele mesmo admitia a impossibilidade de encontrar as respostas no texto do Barão, ao afirmar que: “Domingos Raiol escreveu os *Motins Políticos* para corrigir – segundo êle mesmo confessa– ‘ a ignorância em que geralmente se está acêrca dos acontecimentos desta província’. Contudo a confusão persiste” (Ibidem: 305). Assim, mesmo colocando a narrativa de Raiol, pela sua riqueza documental, em um patamar mais “confiável” em relação aos escritos de outros historiadores. Ernesto Cruz assumia a continuidade das dúvidas, no tocante a esses eventos. Sua obra, apesar de “contribuir até mesmo para o conhecimento dessa historiografia, (...) não acrescenta muito ao que já fora dito por Raiol” (CABRAL, 1995: 15).

Anos depois, no contexto das décadas de 1960, 1970 e início dos 80, período marcado pela ditadura militar, a obra *Motins Políticos* ganhou por outros motivos uma atenção ainda mais ampliada, principalmente em razão de sua reedição, através da UFPA, e das comemorações dos 150 anos da Cabanagem, como será visto a seguir.

### **A reedição de *Motins Políticos* durante o regime militar**

Cem anos após a elaboração do primeiro tomo de *Motins Políticos*, mais

especificamente no ano de 1970, em plena ditadura militar, ocorreu a publicação da 2ª edição desta obra, compactada em três volumes, através da coleção “José Veríssimo”, sob a égide da UFPA. Assim como na primeira edição, as idéias sobre essa obra também sofreram os inevitáveis influxos históricos, políticos e sociais do tempo, contudo, diferentemente da segunda metade do século XIX, quando Raiol teve de enfrentar alguns intelectuais e jornalistas contrários aos encaminhamentos político-ideológicos e metodológicos presentes em sua narrativa. A nova edição dessa obra foi divulgada sob a luz de um contexto histórico completamente distinto, caracterizado pela ausência de democracia e por uma intensa repressão aos grupos político-sociais de oposição.

Em uma realidade como aquela, em que parte da intelectualidade nacional sofria perseguição ou havia deixado o país, o texto do Barão era revestido um valor simbólico substancial, pois apesar de elaborado em um espaço temporal e sócio-político distinto, defendia ideais que, incorporados anacronicamente, “agradavam” as elites militares da época, como a defesa da manutenção da ordem e as críticas às ações políticas das camadas populares. Essas motivações, embora simplistas, pois não abarcam a diversidade de interesses que propiciaram a reedição dessa obra, não devem ser desconsideradas, observando-se que na década de 1970 o país vivenciava um de seus momentos mais conturbados e repressivos em razão da ditadura militar, na qual a censura aos opositores e a propaganda governamental, inclusive no meio acadêmico, tornaram-se algumas das ações mais comuns por parte do regime.

Por outro lado, embora a reedição de *Motins Políticos* tenha ocasionado certa identidade com os pensamentos dos grupos dominantes ligados à ditadura, a mesma foi motivada, pelo menos oficialmente, em razão de seu valor histórico, pois como ressaltou no prefácio Athur César Ferreira Reis, historiador com diversos trabalhos sobre a temática amazônica naquele período, a nova publicação desta obra deveria ser realizada em razão de:

[...] A obra de Raiol, se não é intocável, significa muito, imenso. Raiol, com ela, assegurou-se numa função pioneira, construindo a glória de ter sido a maior figura de sua geração. [...] Os “Motins Políticos” constituem hoje preciosidade bibliográfica. Os exemplares existentes são em número insignificante. A Reitoria da Universidade Federal do Pará, na administração do Professor José da Silveira, andou corretamente quando autorizou a reedição, dêsse modo contribuindo, na “Série José Veríssimo”, sob minha orientação, [...] (REIS, IN: RAIOL, 1970: 6).

Historiador ligado ao regime, que durante a ditadura em conjunto com

outros intelectuais integrou o CFC (Conselho Federal de Cultura), “órgão centralizador das políticas públicas no setor cultural” (VIEIRA, 1998: 163), ao contrário de estudiosos da sua época, como Nelson Werneck Sodré, adotou visivelmente uma postura menos crítica, não apenas em relação ao texto de *Motins Políticos*, como também a Domingos Antônio Raiol, considerado por ele o maior historiador da região em finais do século XIX.

Além de suas percepções conservadoras e da proximidade com o regime ditatorial, Arthur Cesar Ferreira Reis valorizava a narrativa histórica do livro de Raiol, realçando aspectos como a “raridade” dos exemplares e a “grandiosidade” da pesquisa. Não satisfeito com essas prerrogativas, esse estudioso vai ainda mais longe ao afirmar que o Barão e seus escritos não deveriam ser tão criticados, por simbolizarem as percepções de um determinado contexto histórico:

Não se pretenda encontrar, nestas linhas, qualquer restrição negativa ao trabalho de Domingos Antônio Raiol. [...] Raiol, evidentemente, não se aventurou a tentar explicação. Narrou os fatos, situou personagens, indicou, na riqueza de pormenores, momentos marcantes. [...] Não lhe façamos crítica negativista face a esse comportamento. Era a posição assumida por todos os historiadores de seu tempo. [...] Raiol, portanto trabalhava obedecendo ao estilo da época [...]. (REIS IN: RAIOL, 1970: 5-6).

Apesar dos excessivos elogios direcionados à obra *Motins Políticos*, as colocações de Arthur César Ferreira Reis têm o seu valor principalmente por reconhecerem o peso dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais nos quais o texto de Raiol esteve inserido, situando o Barão de Guajará em seu contexto histórico e político.

Ademais, a presença de poucas críticas negativas nos escritos desse autor em relação ao livro do Barão pode ser explicada por diversos motivos. Um deles foi possivelmente à ligação direta ou indireta deste intelectual com a ordem institucional vigente, que pode ser estendida tanto no quadro governamental, do qual Reis esteve inserido, como Governador do Amazonas, até instituições como a UFPA e o IHGP, além evidentemente da admiração pelos escritos de Raiol, considerado por ele como um dos mais importantes intelectuais paraenses do século XIX.

Tempos depois, já no início dos anos 1980, momento no qual a ditadura militar no Brasil entrava em colapso e a “Cabanagem”, movimento político-social já bastante estudado, completaria em 1985 seu sesquicentenário de



eclosão, tendo como marco de “comemorações” oficiais a inauguração de um memorial respectivo foram produzidos vários trabalhos sobre o tema. Um deles, publicado por uma grande editora paulista, tinha como título *Cabanagem: o povo no poder*, com autoria do jornalista e historiador Julio José Chiavenato.

Esta obra, como outros estudos historiográficos naquela década, recebeu o influxo das transformações político-sociais que ocorriam no país durante aquele contexto, ela possuía opiniões e objetivos nitidamente contemporâneos as lutas político-sociais contra as ditaduras militares no continente americano na década de 1980. Por meio desse enfoque Chiavenato, buscava analisar “o movimento cabano como uma ‘revolução popular’ com uma série de atributos ditos ‘revolucionários’ de nossos dias, [...] tornando-se apenas um pretexto para a sustentação de uma certa teoria geral da história da América Latina.” (RICCI, 1993: 12).

Assim, se o enfoque na década anterior, de historiadores ligados ou identificados com o regime militar, como Arthur César Ferreira Reis, não tinha como objetivo central vislumbrar no movimento dos cabanos uma luta social, de classes, a ser comparada implicitamente com a oposição presente contra a ditadura militar, Chiavenato almejava fazer uso da obra *Motins Políticos*, a partir de outras perspectivas, caracterizadas pelo anseio de luta político-ideológica, contra a ordem vigente no período. Nesse enfoque, a história ganhava ares anacrônicos, pois as turbas, tão criticadas pelo Barão do Guajará, eram consideradas por alguns autores na década de 1980, em suas lutas contra o poder regencial, como representativas no passado das lutas vivenciadas no presente, constituindo-se em “exemplos históricos” aos grupos opositores da ditadura, enquanto que os militares, em sua postura autoritária e violenta, eram associados ao governo regencial, responsável pelo massacre do movimento cabano.

Chiavenato, além de utilizar-se do texto de Raiol como fonte primordial para a narrativa de sua obra, cujo objetivo estava centrado no processo de luta político-social, no qual denunciava a histórica opressão de grupos populares no Brasil, argumentava também, de forma polêmica, que ao longo do século XX, os diversos estudos sobre a Cabanagem se caracterizavam como cópias da obra *Motins Políticos*:

A bibliografia sobre a Cabanagem no Grão-Pará é bastante rara. São poucos os livros e, na verdade, quase todos acabam sendo um só: a repetição do clássico de Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará, *Motins Políticos*. Embora divergindo quase sempre de Raiol, por

justiça é preciso registrar: seu livro é fundamental para o entendimento da história do Pará, dele me socorri em não poucas oportunidades [...]. (CHIAVENATO, 1984: 156).

Esta afirmativa, presente na parte final da obra de Chiavenato, possibilita três comentários importantes. O primeiro é que esse autor parecia desconhecer que em sua época a temática da Cabanagem, como pode-se perceber neste estudo, já havia estado presente nas obras de diversos autores, não se constituindo em algo raro.

A segunda, porque vários destes trabalhos, como foi perceptível no decorrer desta análise, apesar da utilização dos escritos de Raiol como fonte, não se constituíram em “cópias” do livro *Motins Políticos*, possuindo pontos de diferenciação e críticas, não apenas em suas concepções político-ideológicas, mas também sociais que se refletiram na própria narrativa.

Por último, a obra de Chiavenato, embora de fato apresente divergências em relação às percepções de Raiol no tocante à valorização do conceito de “luta de classes” nos movimentos sociais do Pará, apresenta-se em sua ótica, tão generalizante e limitadora de novas perspectivas, como fora grande parte dos escritos sobre esta temática no decorrer do século XX, pois também valorizou predominantemente a análise factual e o “papel” das “principais” lideranças políticas do movimento em detrimento de qualquer investigação inovadora.

Praticamente contemporânea ao estudo realizado por Chiavenato, foi a publicação em dois volumes da obra *Cabanagem: A epopéia de um povo* (ROCQUE, 1984), realizado por Carlos Rocque. Atuando na época como jornalista, historiador e diretor do recém-criado Museu da Cabanagem, portanto ligado ao governo estadual da época, Rocque escreveu uma obra caracterizada por ele como um “verdadeiro libelo que complementava-se a seu árduo empenho na imprensa a fim de firmar na memória popular a ação revolucionária dos cabanos.” (RICCI, 2001: 10). Mesmo esboçando essas considerações, seu livro, em termos de pesquisa documental e inovações teóricas, apresentava-se limitado, contendo em sua narrativa características próximas das expostas por Chiavenato, em sua valorização do aspecto político e privilégio quase irrestrito da obra *Motins Políticos* como fonte, pois segundo ele:

O barão do Guajará (Domingos Antônio Raiol) foi o primeiro a historiar com profundidade a cabanagem, [...] Muito bem documentada e narrada com esmero e mesmo com a preocupação de detalhar as ocorrências, peca apenas um ponto: A de conter, mesmo contra a vontade do autor, certa parcialidade [...]. (ROCQUE, 1984: 28).

Além dos elogios à riqueza documental de *Motins Políticos*, Rocque expressou sobre a suposta falta de “parcialidade” de Raiol, acreditando que seu estudo, realizado sob a égide governamental de Jader Barbalho, havia sido “imparcial”, ou seja, possuidor de “neutralidade” no encaminhamento de sua narrativa. Com estas colocações esse autor também demonstrava desconhecer que o ofício do “historiador é também fruto de seu tempo” (VIEIRA, 1989: 30), pois, assim como a elaboração de *Motins Políticos* deve ser compreendida como portadora dos anseios da política imperial, da qual Domingos Antônio Raiol estava integrado, os escritos de Rocque eram frutos inequívocos de suas experiências político-sociais contemporâneas, apresentando influências das mesmas.

Pouco tempo após a esse estudo, outra obra sobre a temática em questão era elaborada, com o título de *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. (DI PAOLO, 1990) Esta inserida em um concurso nacional de monografias para homenagear, no ano de 1985, o sesquicentenário do movimento cabano. Foi a vencedora da disputa, sendo conseqüentemente publicada. Seu autor, Pasquale Di Paolo, apresentava em sua análise diversos pontos parecidos com Chiavenato e Rocque, como por exemplo, em suas influências do contexto de abertura política do país. Porém, sua narrativa dava mais ênfase a uma leitura marxista, presente, segundo esse estudioso, no “caráter revolucionário da luta dos cabanos” e no uso de vários conceitos pertencentes a essa teoria. Além desses aspectos, o livro de Pasquale Di Paolo destinava um espaço considerável à utilização de *Motins Políticos* na forma de fonte, pois em sua opinião:

É preciso lembrar aqui a obra monumental de Domingos Antônio Raiol, “*Motins Políticos*”, fundamental pela riqueza de dados e documentos coletados e acrescidos de comentários pregnos de sensibilidade pela terra que o viu nascer. Todavia, o excessivo descritivismo e a parcial desorganização cronológica da matéria, sobretudo em momentos históricos significativos, dificultam, na leitura da obra, a compreensão do fio condutor do movimento cabano: ademais, a visão política *ex parte principis* se transforma constantemente em atitude anticabana, que o torna incapaz de ver, no período historiografado, o fermento revolucionário: Raiol reduz todos os acontecimentos a “*motins políticos*” (Ibidem: 20).

Assim, repetindo o comportamento de uma parte dos autores do século XX que fizeram uso dos escritos de *Motins Políticos*, Pasquale Di Paolo iniciava suas observações sobre este estudo de Raiol com os costumeiros elogios, seja pela riqueza documental ou em razão da grandiosidade da obra. Porém, em seguida,

esse autor reprovava o suposto descritivismo da narrativa do Barão e acrescentava uma nova crítica: a desorganização cronológica. Além disso, censurava também aquilo que chamava de “posicionamento anticabano” de Raiol, pois este “impedia este autor de perceber o fermento revolucionário”. Através dessa concepção, Pasquale Di Paolo tinha como uma de suas perspectivas “superar a visão primeira (a de Raiol) sobre o movimento cabano, objetivando deixar para trás a versão na qual este movimento não teria passado de uma série de ‘motins políticos’ de rebeldia contra o governo central.” (RICCI, 1993: 16).

Sua narrativa repetia os traços anacrônicos presentes em grande parte dos estudos sobre o tema, na década de 1980, que em comum confundiam “ciência histórica e esforço político” (LE GOFF, 2003: 11) ao almejar expor os cabanos como revolucionários imbuídos de uma ideologia marxista, além das limitações impostas pela pobreza de fontes documentais, que o impediram de realizar qualquer análise mais aprofundada acerca do movimento cabano, acabando “por cair numa [...] armadilha historiográfica que seus antecessores caíram, as generalizações acerca do ‘povo’ na história” (CABRAL, 1995: 16), daquele movimento.

No mesmo contexto histórico no qual Chiavenato, Rocque e Di Paolo elaboravam suas respectivas obras, outro estudo, também fortemente embasado nos escritos de Raiol, era publicado na década de 1980. Este livro, escrito por Vicente Salles com o título *Memorial da Cabanagem*, (SALLES, 1992) buscava analisar “a história do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará” (Ibidem: 7), mas segundo a historiadora Magda Ricci estava direcionado para “a busca cautelosa e pormenorizada de fontes que relacionavam os problemas vividos pelos cabanos com os inúmeros vivenciados nestes outros pontos do globo” (RICCI, 1993: 19).

Neste trabalho, Vicente Salles criticou em variadas passagens a narrativa de Domingos Antônio Raiol, em razão de sua postura considerada conservadora. Em um desses momentos, curiosamente relacionado à suposta participação de negros no grupo político de Batista Campos, presente na narrativa de *Motins Políticos*, esse autor afirmou sobre essa questão que o escrito de “Raiol se deixa levar pelos julgamentos de valor de sua classe. Definia-se claramente a luta de classes” (SALLES, 1992: 89). Além destas colocações,

Vicente Salles, de forma muito parecida com Carlos Roque, criticava Raiol pela sua suposta falta de imparcialidade, como na referência em relação à Confederação do Equador:

[...] monarquista, opõe-se naturalmente à Confederação do Equador, vendo o movimento republicano como permanente ameaça à monarquia, considerando esta um direito divino e uma predestinação. O historiador, tratando destes acontecimentos, perde a isenção e a oportunidade de fazer análise mais serena da repercussão, no Grão-Pará, do movimento republicano que se originara em Pernambuco [...] (Ibidem: 55-56).

Independentemente das percepções de Raiol em relação à Confederação do Equador, o mais importante a ser percebido neste momento no texto de Vicente Salles, é a crítica deste autor pela suposta narrativa nitidamente “parcial”, apresentada pelo Barão. Dessa maneira, assim como outros estudiosos de sua época, Salles também parecia almejar a elaboração de uma narrativa relativamente “isenta” das “paixões” políticas e sociais, objetivo que sabemos hoje ser evidentemente impossível em qualquer produção artística ou intelectual, pois a “lógica da história não é neutra, pois manifesta, um sistema de atribuição de valores” (LE GOFF, 2003: 8). Contudo, vale ressaltar, que apesar destes pontos, a obra *Memorial da Cabanagem*, foi em seu contexto aquela que apresentou as características mais inovadoras, por pretender, através de uma diversificada pesquisa documental, analisar a história do pensamento revolucionário no Pará desde a primeira metade do século XIX até o início do XX. Distanciando-se neste sentido, de alguns estudiosos da década de 1980, que primaram pelo quadro repetitivo de fontes no enfoque da Cabanagem.

Em 1994, Ítala Bezerra da Silveira publicou sua tese de mestrado *Cabanagem: uma luta perdida*, obra com influência dos estudos sobre a Cabanagem, realizados na década anterior, mais especificamente os elaborados por Júlio José Chiavenato e Pasquale Di Paolo, cujo livro era segundo a autora “uma obra indispensável a quem se interessar em conhecer um estudo sério sobre o movimento cabano” (SILVEIRA, 1994: 51). Além disso, esse estudo trazia alguns pontos inovadores, como no uso das fontes nas quais a autora se baseava em uma “ampla documentação e, mais precisamente, de cartas e datas de sesmarias, bem como históricos da população do Pará” (RICCI, 2001: 23). A partir desses documentos, essa estudiosa almejava, entre outros aspectos, comprovar que a “população pobre e, sobretudo, a ‘de cor’ havia sido alijada de

sua pequena propriedade, deixando de ter meios de subsistência e abrindo caminho para sua marginalização” (Ibidem: 23), após a ocorrência da Cabanagem. Mesmo com o diversificado uso de fontes documentais, o livro de Ítala Bezerra, ao buscar reconstituir os eventos da Cabanagem, também não abriu mão dos escritos de Domingos Antônio Raiol, obra considerada das mais importantes, pois, como ela expressou:

Dos livros consultados, o que nos parece mais correto em relação aos fatos, embora parcial na apreciação da rebelião, foi a obra de Domingos Antônio Raiol, intitulada “MOTINS POLÍTICOS”, e que, não sendo específica sobre a Cabanagem, história os acontecimentos do Pará, nos anos 20 e 30 do Século XIX. (SILVEIRA, 1994: 20).

Além da declarada utilização dos escritos de Raiol e valorização dos pensamentos desse autor, um dos pontos mais instigantes a ser ressaltado nesta citação é novamente a suposição da existência de uma perspectiva “parcial” no enfoque do Barão de Guajará. Através da mesma, Ítala aproximava-se das perspectivas expostas por vários autores anteriores, ao acreditar que esse autor ou qualquer outro estudioso poderia apresentar sua pesquisa através de uma lógica de “neutralidade”. O estudo de Ítala Bezerra também era caracterizado por tentar analisar a Cabanagem por meio do ideário marxista, através da inserção de conceitos como “modos de produção” (Ibidem: 145), buscando por meio desse pensamento reconstituir a história daquele movimento.

No mesmo contexto em que o trabalho de Ítala Bezerra estava sendo publicado, surgiam análises inovadoras, relacionadas não apenas a história amazônica no século XIX, mas também direcionadas a vislumbrar os escritos de Raiol a partir de perspectivas até então inéditas.

### **Novos enfoques sobre *Motins Políticos* na virada do século XX**

Raiol não pode e nem deve ser visto apenas como um mero compilador sobre a Cabanagem. [...] Em tempos em que a narração histórica é fruto de tantos debates no rol de estudos sobre história social da leitura, existe um longo percurso a ser efetivado no campo da análise do discurso a respeito da vasta obra historiográfica constituída na Amazônia. (RICCI, 2002: 36).

No final do século XX, quando essas palavras foram expressas pela historiadora Magda Ricci, as concepções da intelectualidade em relação à obra *Motins Políticos* estavam passando por profundas transformações, ganhando contornos bastante distintos dos apresentados nas décadas anteriores.

As interpretações realizadas naquele contexto, embasadas na utilização dessa obra como fonte, diversificaram seus enfoques ligados à história da Amazônia, trazendo algumas inovações, tanto na pesquisa como na maneira de perceber os eventos descritos pelo Barão.

Raiol e seus livros deixavam gradativamente de ser unicamente vislumbrados a partir de temáticas predominantemente voltadas para a história dos eventos políticos e sociais, que apoiados majoritariamente em estudos caracterizados pela superficialidade e pobreza documental, muitas vezes de forma maniqueísta ou anacrônica, almejavam reconstituir o passado dos movimentos sociais ocorridos no Pará no século XIX.

Contraopondo-se a essas perspectivas a historiadora Magda Ricci realizou alguns dos mais interessantes e inovadores trabalhos publicados nesse contexto. Essa autora, através do artigo: *História amotinada: memórias da Cabanagem*, estudo publicado em 1993, “inaugurou” este processo, almejando em grande parte entender as perspectivas desenvolvidas pelo Barão no livro *Motins Políticos*. Assim, por mais que o título desse estudo indicasse uma investigação pormenorizada sobre o movimento cabano, o principal objetivo, no entanto, consistia no enfoque aos caminhos percorridos por Raiol na obra em questão.

Por isso, diferentemente dos estudos elaborados anteriormente, nos quais diversos autores apenas “passavam” de forma superficial pelos escritos do Barão, Magda Ricci, possuía anseios profundos, centrados no objetivo de investigar “nos volumes da história escrita por Domingos Antônio Raiol não apenas o que o referido autor se propôs a escrever ou analisar” (RICCI, 1993: 14), mas “ir além dos objetivos de época para compreender as significativas ausências constantes naqueles cinco imensos volumes” (RICCI, 2001: 14).

A partir destes pressupostos, caracterizados pela análise específica do livro de Raiol e também valorizadores de olhares diferenciados, não centrados na história política, esta historiadora rompia com os caminhos apresentados em praticamente todos os estudos realizados anteriormente, cujas temáticas de uma forma ou de outra apresentavam referências à obra *Motins Políticos* a partir das “amarras” da superficialidade documental e da excessiva ênfase aos eventos políticos.

Magda Ricci tinha convicção que seu trabalho era inovador, por isso procurava mostrar a importância e a necessidade de serem realizados novos

estudos sobre a temática da Cabanagem, através dos quais um dos caminhos poderia “ser subvertendo a lógica e estrutura dos *Motins Políticos* de Raiol” (Ibidem: 24). Assim, mesmo direcionando sua análise quase que unicamente ao estudo desse movimento, ela ajudou a estabelecer “novos olhares” sobre o Barão e suas obras, caracterizados pela idéia de superar os entraves presentes na historiografia relacionada à Amazônia, que durante mais de um século, vislumbrou o Barão a partir dos preceitos político-factuais já citados.

Alguns anos depois, em 2001, esta mesma historiadora publicou outro artigo denominado *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. Nesse estudo, muito mais ambicioso que o anterior, ela traçou um esboço com observações detalhadas sobre a bibliografia realizada até então em relação a este tema. Porém, diferentemente do trabalho anterior, que estava centrado nas observações direcionadas aos escritos do Barão do Guajará na obra *Motins Políticos*, esse artigo tinha como objetivo expor alguns importantes estudos relacionados à temática da Cabanagem desde o século XIX.

Além disso, a obra de Raiol ganhava nos escritos de Magda Ricci novamente relevância, pois simbolizava também em sua narrativa a perspectiva inicial de expor outra idéia, centrada no fato da historiografia sobre a Cabanagem de cada época representar em variadas situações os anseios políticos e ideológicos a serem legitimados pelos intelectuais em questão, adequando-se a “múltiplas concepções políticas e sociais.” (Ibidem: 2).

Nesse sentido, o texto de Raiol apresentava uma perspectiva negativa em relação às lutas sociais na Amazônia, cuja “argumentação, a ação dos cabanos resumia-se a um desrespeito às autoridades constituídas, sendo, portanto, um péssimo exemplo, mais uma das amargas lições ensinadas pela época regencial” (RICCI, 2001: 5). Apesar da aparente repetição das opiniões apresentadas em vários trabalhos anteriores, que também observaram o visível tom negativo exposto por Raiol em relação aos *motins*, o estudo de Magda Ricci também inova por inserir não apenas a presença e influências do ideário político-social do Barão, mas também dos diversos autores seguintes, expondo algumas das mudanças que a historiografia sobre a Cabanagem foi sofrendo ao longo do tempo.

Além da originalidade presente nesses estudos, foi no artigo intitulado: *O Império lê a Colônia: um barão e a história da civilização na Amazônia*,



publicado no livro *Terra matura: historiografia e história social da Amazônia*, que esta autora traçou observações bastante pertinentes acerca do estilo de escrita do Barão do Guajará, ressaltando entre outros aspectos a importância de se analisar este autor, não “apenas como um mero compilador de fontes sobre a Cabanagem” (RICCI, 2002: 35), mas como portador de informações para a realização de estudos diversificados.

Magda Ricci se notabilizou em realizar pesquisas diferenciadas sobre as diversas obras de Domingos Antônio Raiol, por isso, ainda nesse estudo, ela propõe a realização de pesquisas acerca dos livros e demais escritos elaborados por este autor, ao expressar que é “necessário retomar a leitura de cada obra de Raiol, buscando explicitar suas conexões com os estilos literários em voga na Europa. É preciso vasculhar sua biblioteca tão rica e quase órfã de pesquisadores” (Ibidem: 36). No final deste artigo, ela propõe a realização de trabalhos acerca dos livros e demais escritos elaborados por este historiador, ao expressar que é necessária a realização de estudos referentes ao “caráter narrativo do autor” (Ibidem: 36).

Ademais, outros estudos diferenciados envolvendo Domingos Antônio Raiol e sua obra *Motins Políticos* foram realizados pela historiadora Nathacha Regazzini Bianchi Reis que defendeu em sua dissertação de mestrado o trabalho intitulado *Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional* (REIS, 2003).

Além desse estudo, essa autora também foi responsável pela elaboração de vários artigos sobre o tema, como o denominado: *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antônio Raiol* (REIS, 2004). Nele, apresenta inicialmente o longo percurso intelectual político e pessoal de Raiol destacando as motivações para a elaboração de *Motins Políticos*, passando pelas experiências pessoais e políticas, e até realizando alguns comentários acerca de seus outros estudos publicados. Em seguida o estudo de Natacha volta-se para a análise mais específica da obra *Motins Políticos*, apresentando reflexões sobre as contradições presentes na palavra motim, sobre os diversos movimentos de rebelião descritos na narrativa de Raiol, além de rápidas considerações direcionadas à presença de pensamentos românticos e cientificistas no texto do Barão do Guajará.

No artigo *Usos da Idéia de República no Contexto da Cabanagem - Pará -*

1834-1840 (REIS, 2005), Nathacha analisa a república como um “tipo de construção gerada pela produção historiográfica, e que se refere a um ponto ainda bastante polêmico quanto ao direcionamento político da Cabanagem” (Ibidem: 1). Nesse sentido, a autora procura relacionar esse pensamento republicano ao suposto sentimento separatista criado pela historiografia em torno do movimento cabano, enfatizando diversos trabalhos que percorreram essa questão nos séculos XIX e XX. Para ela, a idéia separatista do Grão-Pará, presente em vários trabalhos historiográficos, era “resultado de uma interpretação precipitada do conteúdo da ata do Conselho de cidadãos, assinada pelas lideranças cabanas em 7 de janeiro de 1835” (Ibidem: 2). Além disso, segundo essa historiadora, a “transcrição feita por Raiol de uma correspondência enviada por Francisco Vinagre ao comando do exército imperial, levou muitos autores a considerarem o que não passou de ameaça, como um fato consumado” (Ibidem: 2).

Após essas considerações, ela finaliza o artigo tecendo opiniões sobre a suposta existência de “correspondências travadas entre o regente Padre Feijó e os representantes diplomáticos da França e Inglaterra” (Ibidem: 4), documentos que seriam de grande importância para um conhecimento mais substancial dessas questões.

Em seu artigo *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica* (REIS, 2006), baseado num fragmento de sua dissertação, a autora apresenta três objetivos centrais: “a aceção da idéia de revolta/revolução [...] a amplitude do escopo temático da obra, ultrapassando os limites da tradicional história política [...] o uso do nativismo como elemento constitutivo da formação do ‘sentimento nacional’” (Ibidem: 1), no livro *Motins Políticos*.

Por meio desses eixos centrais, Nathacha defende que a obra de Raiol se constitui num estudo mais abrangente que a história política, abordando entre outros aspectos a difusão da imprensa política no Pará, o desenvolvimento de instituições como a *Casa da Misericórdia de Belém*, de sociedades femininas como as *Novas Amazonas Iluminadas* e até abordando a questão da educação na região.

A diversidade de aspectos presentes na obra *Motins Políticos* se constitui de acordo com essa historiadora numa prova cabal de que essa obra “extrapolou

os limites da chamada *histoire événementielle* tradicional” (Ibidem: 4), considerada hegemônica no final do século XIX.

Nathacha finaliza esse artigo com uma discussão acerca da presença do nativismo na obra do Barão, que segundo ela se constituía num “fio condutor do discurso, assumindo diferentes conotações ao longo da narrativa” (Ibidem: 4), e que servia no texto de Raiol “tanto para distanciar a compreensão das revoltas sociais de seu significado econômico e social, como também se tornava apropriado à afirmação da nacionalidade”(Ibidem: 4).

No mesmo contexto de virada do século XX, diversos historiadores como José Cauby Soares Monteiro (1994), Jânia Socorro Rocha Cabral (1995), Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro (PINHEIRO, 2001), entre outros, realizaram estudos direcionados ao passado amazônico na primeira metade do século XIX, reportando-se a obra *Motins Políticos*. Contudo, foram às autoras Magda Ricci e Nathacha Regazzini Bianchi Reis que estabeleceram os trabalhos mais inovadores e profundos no tocante a análise dessa obra e também dos pensamentos de Domingos Antônio Raiol. Seus escritos colaboraram de forma significativa para a diversificação de análises referentes ao tema em questão, “provocando o reconhecimento de ‘realidades’ históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores” (LE GOFF, 2003: 11) e abrindo um novo leque interpretativo que iria desencadear várias pesquisas subseqüentes, inclusive o presente artigo.

### **Considerações finais**

Após esta ampla exposição sobre a recepção da obra *Motins Políticos* e suas respectivas influências na intelectualidade dos séculos XIX e XX, é inegável a importância adquirida por esse livro ao longo do tempo e a utilização do mesmo para os mais diversos fins no meio historiográfico e intelectual em geral.

Fonte insubstituível para aqueles que se dispusessem a analisar o passado imperial e regencial da Amazônia na primeira metade do século XIX, *Motins Políticos* teve durante muito tempo entre seus críticos e analistas “olhares” restritos aos eventos pertencentes à história política, relegando a uma verdadeira obscuridade outros aspectos importantes presentes ao longo de sua narrativa.

É preciso também assinalar que muitos desses intelectuais, criaram uma imagem “estática” do pensamento de Raiol, como se suas concepções político-sociais não sofressem transformações sistemáticas ao longo das quase três décadas em que publicou os tomos de *Motins Políticos*.

Ademais, muito além da descrição de eventos políticos, a obra de Domingos Antônio Raiol não esteve imune às pressões de seu tempo, nem foi elaborada unicamente a partir da leitura de uma vasta documentação oficial. Ela também foi “moldada” por meio de idéias que circulavam no contexto intelectual da segunda metade do século XIX e que, no caso em questão, se misturaram com os posicionamentos políticos e sociais do autor, como por exemplo, o sentimentalismo romântico, nitidamente presente em várias passagens dessa obra.

Por isso, mesclam-se no livro *Motins Políticos* toda uma diversidade de pensamentos e informações muitas vezes não percebidos ou negligenciados pela maioria dos intelectuais que criticaram ou retiraram informações de seus escritos, aspectos que possuem um valor substancial para um melhor entendimento dessa narrativa.

Enfim, mais que simplesmente descrever e analisar eventos político-sociais ou realçar o papel de alguns personagens é fundamental que os estudiosos, ao folhearem essa obra percebam um “outro lado” dos escritos do Barão, superando a superficialidade dos acontecimentos políticos e seguindo alguns dos caminhos abertos nos últimos anos, caracterizados pela inovação e busca de respostas mais condizentes com as problemáticas atuais.

## **Bibliografia**

ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever nos chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão (1865-1866)*. Dissertação de Mestrado. Teresina: UFPI, 2005.

AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura Paraense*. 3ª Ed. Belém: SECULT, 1990.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade, uma leitura da “relação nominal dos rebeldes presos – 1836”*. Códice 1130. 1995. O f. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Belém: UFPA, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia positiva: primeira lição*, Comte. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1978.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Universidade do Pará, 1969.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo cabanal: Cidade e Mulheres no Pará Imperial – Primeira metade do século XIX*. 1999. Dissertação Mestrado. São Paulo; PUC-SP 1999.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Delenda Cartago? A antiguidade clássica, o modernismo literário e a história da independência na Amazônia, 1823-1923. IN: TUPIASSU, Amarílis (org.) *Estudos literários* (coleção Linguagens). Belém: Unama, 2008.

HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES, Basílio de. *A Cabanagem*. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 171, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, deschapelados e pés-descalços: os cabanos no Grão-Pará*. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA, 1994.

MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. 2ª Ed. Belém: SECULT. 1973.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Valer, 2001.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1865.

\_\_\_\_\_. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol. II. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1868.

\_\_\_\_\_. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol. III. Rio de Janeiro: Typ. Hamburguesa do Lobão, 1883.

\_\_\_\_\_. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol. IV. Typ. Hamburguesa

do Lobão, 1884.

\_\_\_\_\_. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Vol. V. Belém: Imprensa de Tavares Cardoso & C.<sup>a</sup>, 1890.

REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica*. IN: Resumos e Programação, XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado, 2006. Niterói: 2006.

\_\_\_\_\_. *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antonio Raiol*. IN: Livro de Resumos, XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito - ANPUH/RJ: Rio de Janeiro: ANPUH/RJ, 2004. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003.

\_\_\_\_\_. *Usos da Idéia de República no Contexto da Cabanagem - Pará - 1834-1840*. IN: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Londrina: ANPUH, 2005.

RICCI, Magda. História amotinada: memórias da Cabanagem. *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas Ufpa*, Belém, v. 12, n. 1/2, 1993, pp. 13-28.

\_\_\_\_\_. *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. *Anais do Arquivo Público de Belém*, Belém, v. 4, 2001, pp. 241-271.

\_\_\_\_\_. O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia. IN: BEZERRA José Maia Neto e GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: SECULT, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S. A., 1988.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus Editora, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

## **Documentos impressos**

*Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, segundo ano da duodecima legislatura, Sessão de 1864*, tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1864.

*Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, quarto ano da duodecima legislatura, Sessão de 1866*, tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1866.

*Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, primeiro ano da décima-terceira legislatura, Sessão de 1867*, tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1867.

### **Jornais**

*A Provincia do Pará*, Belém, ano XV, nº 4.295. 11/10/1890.

Colaboração recebida em 25/09/2009 e aprovada em 28/03/2010.